



Nº 32 - MARÇO 2022

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

FOTO: SÉRGIO SILVA



Fortalecer a luta das mulheres para vencer batalhas de 2022

**Maria Marighella:
queremos ser vistas em
nossas subjetividades**

**Perfil: crochê,
empoderamento e
geração de renda**

AGENDA DE LUTAS MARÇO DE 2022



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Fortalecer a luta das mulheres para vencer as batalhas de 2022



FOTO: SÉRGIO SILVA

Já enraizado no calendário de lutas dos movimentos e coletivos sociais da esquerda brasileira, o 8 de março celebra o Dia Internacional das Mulheres, marcado desde 1911, fruto da luta das trabalhadoras socialistas europeias e estadunidenses. No Brasil, historicamente, esse é o mês no qual conseguimos dar maior visibilidade para a situação e luta das mulheres.

Ser mulher não é fácil. Ser brasileira, trabalhadora, preta, periférica,

LBT menos ainda. As origens das desigualdades de nossa sociedade se assentam profundamente nos pilares de sexo e raça, além da classe. E, se podemos falar que há um avanço no pensamento médio coletivo de que os espaços de produção, públicos, incluindo aqui a arena da política, também devem ser espaços de mulheres, esse entendimento, infelizmente, está longe de concretizar-se. Para que ele avance, o espaço da reprodução social, dos cuidados diários e de sobrevivên-

cia das crianças, idosos e doentes, precisa deixar de ser responsabilidade prioritariamente destinada às mulheres, e ser partilhado pelos homens e pelo Estado brasileiro.

Dois anos de pandemia escancararam essa lógica perversa de não alteração da divisão sexual do trabalho em nosso país. Dados da PNADc, disponibilizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostram que em 2019, ano de início da pandemia, tínhamos 47,5 milhões de mulheres no mercado de trabalho, e, destas, 25,7 milhões negras e 21,7 milhões brancas. Em 2021, em que pese o aumento da população feminina em idade ativa, a participação das mulheres caiu para 43,6

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ DIRETOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE ISAÍAS DALLE, JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ COLABORADORES SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ EDIÇÃO LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ REVISÃO ISAÍAS DALLE ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO ALOIZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, JORGE BITTAR E LUIZ CAETANO

milhões, sendo 24,8 milhões de negras e 21,5 brancas. Ou seja, em dois anos cerca de 4 milhões de mulheres saíram do mercado de trabalho - foram demitidas ou precisaram sair para cuidar das tarefas com crianças, idosos e doentes - em proporção muito maior de mulheres negras do que brancas. Isso é um forte indicador do machismo e do racismo estruturando as relações no mercado de trabalho brasileiro.

Entre as que conseguiram permanecer no trabalho, o rendimento médio diminuiu, ainda que no período tenham ficado mais caros alimentos e produtos básicos. A renda média das mulheres em 2019 era de R\$ 2.139, e, em 2021, ficou em R\$ 2.078. As diferenças de rendimento seguem a mesma lógica machista e racista: por hora, homens brancos recebem em média R\$ 19,73, as mulheres brancas recebem R\$ 17,13, os homens negros, R\$ 11,67, e mulheres negras, apenas R\$ 10,83 (quase

metade da renda de um homem branco).

Outros indicadores poderiam ser incluídos aqui, somados às inúmeras violências, físicas, políticas e psicológicas para seguirmos caracterizando e denunciando as desigualdades estruturais às quais as mulheres são submetidas. Mas, na **Revista Reconexão Periferias** deste mês, optamos também por falar sobre o protagonismo daquelas que estão lutando para transformar essa situação. Existe espaço, e nas periferias sabe-se disso há muito tempo, para a construção de outras relações entre as mulheres, e entre homens e mulheres, baseadas na coletividade e na busca pelo bem comum, ainda que, por hora, esse bem comum tenha o nome de sobrevivência coletiva mesmo. Esse espaço vem sendo muito bem ocupado e tem conseguido irradiar mudanças e questionamentos do papel das mulheres em nossa sociedade.

Assim, como parte dessa

denúncia mas também das possibilidades para as lutas das mulheres em 2022, trazemos o artigo de Lígia Toneto, economista, secretária estadual da Juventude do PT SP, que afirma que nos últimos anos o ambiente político do país agravou os quadros de violência de raça e de gênero, e a crise econômica e social agravou as desigualdades sociais. Mas, de acordo com Lígia, neste ano as mulheres, assim como a juventude, têm a tarefa de formular o projeto que vai reconstruir o Brasil, reafirmando as bandeiras históricas do movimento feminista e a luta por um Brasil melhor no presente e com mais futuro para as próximas gerações: sem violência e com mais oportunidades.

Maria Marighella, vereadora de Salvador (BA), em entrevista, afirma que vivemos em tempos nos quais as mulheres, os negros e negras, os LGBTQs e indígenas não aguentam mais não serem sujeitos da construção de políticas públicas e querem ser vistos em suas

subjetividades. Assim, afirma a parlamentar, nós precisamos inaugurar o tempo em que os sujeitos não sejam apagados, em prol de uma suposta unidade, para inaugurar um novo século de lutas em nosso país.

Em artigo, o coletivo Atinúkê, de Porto Alegre (RS), relata o cotidiano do trabalho de base de um movimento de construção de conhecimento e de afeto entre mulheres negras. As autoras do texto, Alessandra dos Santos da Silva, Aline de Moura Rodrigues, Dedy Ricardo e Milena Cassal, contam que, a partir dessa experiência, o grupo discute a importância da presença de intelectuais negras nos espaços acadêmicos.

A seção *Perfil* apresenta o coletivo Crochetando Empoderando, que oferece aulas de crochê, defesa pessoal, yoga e assistência jurídica a mulheres periféricas de Serra Grande (BA), criado a partir da experiência de vida de Samaha Monteiro Sampaio Rosa.

Em artigo, Amanda Safi

afirma que, em 30 de janeiro de 2022, a comunidade do Jardim dos Reis, nas limitações entre os municípios de Francisco Morato e Franco da Rocha, sentiu o chão tremer e viu um deslizamento de terra derrubar e recobrir mais de uma dúzia de casas de seus vizinhos, deixando uma estimativa de 15 mortos e, por consequência estrutural, 120 famílias desabrigadas.

Na seção *Quando novas personagens entram em cena*, entrevistamos Iasmin Roloff, oriunda da agricultura familiar, vereadora de 24 anos, única mulher na Câmara de Canguçu (RS), alvo constante de ataques machistas, mas também de admiração e demonstrações de empatia entre a juventude da cidade. Na entrevista, Iasmin ressalta que a política precisa das mulheres, dos jovens, dos negros e da maior diversidade possível. Segundo a vereadora, quanto mais diversa for a política, mais equidade poderemos trazer para a sociedade. Ainda tratando do tema das mulheres nos espaços

de poder, Beatriz Rodrigues Sanchez, feminista, pós-doutoranda no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e pesquisadora do Núcleo Democracia e Ação Coletiva (NDAC), busca explicar a persistente subrepresentação política das mulheres no Brasil. A pesquisadora elenca e explora três motivos determinantes: o financiamento desigual de campanhas, a ausência de mulheres nos cargos de liderança dos partidos e a violência política de gênero.

As lutas feministas são históricas, ancestrais e muito atuais. O ano de 2022 já começou a todo vapor, com muitos desafios. Nós, mulheres, somos mais da metade da população, a maioria das eleitoras, e aquelas que sempre estiveram e estão dispostas a lutar pela sobrevivência. As vitórias de 2022 não serão por acaso, e só acontecerão, de fato, se nelas as lutas feministas das periferias estiverem incluídas e priorizadas.

Boa leitura!

Boas lutas! ■

Da resistência à retomada: a luta feminista na construção de um novo Brasil

LÍGIA TONETO



FOTO: ROSANE LIMA/AG PT

LÍGIA TONETO É ECONOMISTA, SECRETÁRIA ESTADUAL DA JUVENTUDE DO PT DE SÃO PAULO E INTEGRANTE DO NAPP ECONOMIA

Olhando para os últimos cinco anos, é provável dizer com alguma segurança que o ano de 2022 é o que se inaugura com a maior dose de esperança. Após o golpe misógino que retirou a presidenta Dilma do governo, vivemos anos em que a palavra resistência protagonizou nosso vocabulário. Foram raros os momentos desde então em que vislumbramos oportunidades de ofensiva política.

Já este ano tem seu início marcado por uma onda de esperança, que posiciona Lula e o Partido dos Trabalhadores dando o ritmo do jogo, para, junto de toda a esquerda e setores progressistas, por

fim a anos de retrocessos; de retiradas de direitos; de agravamento das desigualdades - de gênero, raça, classe, orientação sexual, território; e de profunda crise econômica e social.

Também enfrentamos nesse período o agravamento de episódios de violência física e política de raça e de gênero. Ainda sem respostas sobre o assassinato de Marielle, os trágicos assassinatos

de Moïse e Durval nesse início de ano reforçaram o ambiente político do Brasil governado por Bolsonaro, em que se legitima a violência e o racismo, e negam-se direitos aos trabalhadores. Mais recentemente, os áudios vazados do deputado estadual de São Paulo, Arthur do Val, de conteúdo radicalmente misógino com relação às mulheres ucranianas, em um momento de guerra, trazem à tona o machismo e a violência como elementos que elegeram uma série de representantes por todo o Brasil na onda bolsonarista.

Outrossim, a escalada da violência política, evidenciada em processos de perseguição e tentativa de cassação de mandato de vereadoras jovens do PT, como é o caso de Dandara Tonantzin, de Uberaba e Duda Hidalgo, de Ribeirão Preto, também nos lembram do tamanho dos desafios que enfrentamos pautando um projeto de transformação social, sobretudo quando é representado por novas vozes – em especial, de mulheres

jovens, negras e LBTs.

Se o ambiente político do país agravou quadros de violência de raça e de gênero, a crise econômica e social agravou as desigualdades sociais. Foram as mulheres, em especial as negras, as mais impactadas pela crise, principalmente com a chegada da pandemia. O teto de gastos, ao cortar gastos sociais, onerou mais as mulheres, porque além de serem as maiores usuárias dos serviços públicos, são sobrecarregadas com o excesso de trabalho de cuidado

Se o ambiente político do país agravou quadros de violência de raça e de gênero, a crise econômica e social agravou as desigualdades sociais. Foram as mulheres, em especial as negras, as mais impactadas pela crise, principalmente com a chegada da pandemia.

quando o Estado se omite. A reforma trabalhista, que destruiu empregos, direitos e aumentou a informalidade, impactou sobremaneira aqueles que tradicionalmente estão inseridos precariamente: mulheres, negros, jovens.

Esse quadro foi aprofundado com a chegada da pandemia. O tempo de recolhimento em casa significou para muitas mulheres o trágico aumento da violência doméstica e intensificação da dupla jornada com o cuidado, sobretudo de crianças e idosos. Os patamares estrondosos do desemprego que atingiu o país, ultrapassando 14%, nunca ficaram abaixo de 10% durante os cinco anos que sucederam o golpe. As mulheres e jovens, que passaram a procurar emprego diante da crise, só encontraram desemprego. Hoje, um em cada quatro jovens está desalentado; entre aqueles que procuram, um em cada três está desempregado; entre os que encontram, um em cada cinco trabalha menos horas do que gostaria e

ganha menos do que necessita e um em cada dez trabalha jornadas de mais de doze horas, sem direitos e um salário digno.

Para 2022, a expectativa é de estagnação econômica e persistência da inflação, que já elevou abusivamente o custo de vida – alimentação, habitação, transporte – em 2021 e corroeu ainda mais o poder de compra dos trabalhadores, já prejudicados com salários cada vez menores. A saída para mudar a vida das pessoas é uma reversão do quadro político, que encerre esses anos de destruição e retome um projeto progressista, de mudanças sociais, que reconstrua e transforme o Brasil. Por isso, Lula desponta nas pesquisas como representante capaz de promover estas mudanças.

Não à toa, as maiores prejudicadas pela crise são também as que têm sido linha de frente do enfrentamento ao des-governo Bolsonaro e onde estão as maiores estatísticas de intenção

A saída para mudar a vida das pessoas é uma reversão do quadro político que encerre esses anos de destruição e retome um projeto progressista, de mudanças sociais, que reconstrua e transforme o Brasil.

de voto em Lula. Antes mesmo de Bolsonaro ser eleito, as mulheres tomaram as ruas do país no movimento “Ele Não”. As primeiras grandes manifestações contra Bolsonaro, ainda em 2019, foram protagonizadas pela juventude, nas mobilizações que ficaram marcadas como o “tsunami” pela educação. Ano passado, as ruas voltaram a ser ocupadas impulsionadas pelos atos de combate ao racismo, a partir das mobilizações contra a chacina de Jacarezinho, que depois desenrolaram em grande frequência de atos pelo “Fora Bolsonaro” cada vez mais mobili-

zados. É entre mulheres, entre negras e negros e na juventude que estão as maiores intenções de voto em Lula e as menores em Bolsonaro.

Mas muito além de estratégicos para mobilizações e para votação, os segmentos que mais sentem a crise também deve ser parte pensante das saídas para tal. Como escreveu Carolina Maria de Jesus, “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora”. Foi apenas quando elegemos um operário presidente da República, que já havia passado fome, que o Brasil pela primeira vez tratou o combate à fome como prioridade. Mas a vitória dos trabalhadores com Lula ultrapassou muito ele próprio: foi a primeira vez que a classe trabalhadora, os movimentos sociais, passaram a ter entrada na formulação das políticas para o país. Um exemplo foi o papel dos sindicatos na formulação da política de valorização do salário-mínimo, entre tantas

outras. Assim como o primeiro escalão de Dilma, que teve a maior participação de mulheres da história do país, foi quando mais se avançou em políticas de garantias de direitos para mulheres em todas as áreas. As mulheres, assim como a juventude, também têm a tarefa em 2022 de formular o projeto que vai reconstruir o Brasil.

Finalmente, será preciso batalhar para eleger grandes e fortes bancadas para dar sustentação a um eventual governo Lula. E a ampliação dessas bancadas depende também de um esforço ativo para renovar nossas lideranças, diversificar nossos quadros e priorizar as candidaturas de mulheres, negras e negros, jovens, LGBTQIA+. Não só como parte desse processo, devem ser também protagonistas. Essa necessidade transcende a importante representatividade, mas também se reafirma pelo enorme potencial eleitoral que essas candidaturas já demonstraram possuir, sobretudo nas eleições

Será preciso batalhar para eleger grandes e fortes bancadas para dar sustentação a um eventual governo Lula. E a ampliação dessas bancadas depende também de um esforço ativo de renovar nossas lideranças, diversificar nossos quadros, e priorizar as candidaturas de mulheres, negras e negros, jovens, LGBTQIA+.

de 2020, em que o PT foi o partido que elegeu mais mulheres jovens e mulheres negras em todo o Brasil.

Em 2021, o 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, não só inaugurou como abriu o calendário de lutas e da esperança: foi o dia em que Lula recuperou seus

direitos políticos. Em 2022, as mulheres mais uma vez abrirão o calendário de lutas, reafirmando as bandeiras históricas do movimento feminista e a luta por um Brasil melhor no presente e com mais futuro para as próximas gerações: sem violência e com mais oportunidades. ■

O século 21 espera pra nascer

ISAÍAS DALLE



FOTO: ACERVO PESSOAL

Maria Marighella não se incomoda de quase sempre ser associada à figura de seu avô, Carlos. Antes, diz ser motivo de orgulho. Atriz e mãe de dois filhos, de 11 e 15 anos, essa vereadora do PT em Salvador afirma que o novo século ainda não foi dado à luz, mas, a depender do movimento feminista, será uma era em que produzir e consumir à exaustão vão ceder espaço a viver em lógica coletiva. Em sua opinião, no Brasil o século 20 será encerrado com a eleição de Lula em 2022, o que pode abrir de vez as portas para o novo ciclo. Mas vai depender da luta dos movimentos sociais, incluindo o feminismo.

Tudo bem com você?

Tudo firme. As pessoas perguntam ‘é aí tudo bem?’ e eu falo, não gente, bem, bem, bem, não. Estamos firmes.

Ciosas da responsabilidade pública deste tempo, responsáveis pela retomada da democracia e obviamente todos esses desafios nos mobilizam, de algum modo nos

reenergizam, não é? Ter tarefas neste mundo marcha-a-ré é motivo para que a gente fique em pé todos os dias.

Maria, como foi viver em Salvador durante dois

anos de não-Carnaval?

Nossa, se fosse só o Carnaval né? (risos). Eu poderia dar dois exemplos de como foi viver Salvador, primeiro como mãe, sobre o que foi que a pandemia fez conosco. Eu sou mãe-solo, tenho dois filhos, então queria dividir com vocês o que é ser mãe numa pandemia. Todo mundo sabe que as mulheres foram as mais afetadas pelo acúmulo do trabalho de produção com o de cuidados, e, no meu caso, como no de muita gente, somado a isso o trabalho político. Nos seis primeiros meses, eu parecia uma mulher puérpera. Eu já tenho filhos maiores, um tinha 13 anos e o outro 9, agora 15 e 11, mas eu estava parecendo uma mulher puérpera. Exausta. Quando começou a pandemia e terminou aquele Carnaval de 2020, nós mergulhamos na construção, no tecido da lei Aldir Blanc. Foi um acúmulo das atividades laborais, de produção, cuidados e responsabilidades políticas. Ao mesmo tempo estávamos

enfrentando uma eleição, que fez com que assumíssemos um mandato aqui na cidade de Salvador. Nós vamos falar da questão do Carnaval, mas nós precisamos encarar o fato de como a pandemia incidiu sobre o campo da cultura. Esgarçou e aumentou crises prévias. Primeiro as relações de trabalho, a interrupção de um meio de produção extremamente precário, instável, estivemos no olho do furacão. Ao mesmo tempo em que uma experiência que atacava, que agudizava e esgarçava as relações de dignidade, de direito, de trabalho, por outro lado visibiliza e visibilizou a importância das relações da cultura como comunitárias no Brasil. Então, se por um lado ficamos muito atacados, por outro ficou evidente a força, a potência, a importância da cultura. Nesse contexto, falando de Carnaval como maior expressão de festa popular do Brasil, mas também de todo o conjunto de festejos, eu tenho dois comentários. O primeiro é que o governo federal, aquele

que deveria assumir a coordenação sobre como lidar com a crise, não fez. Um dos tantos efeitos disso é que os governos municipais e estaduais precisaram adotar uma postura de reguladores da vida social. E a extrema-direita conseguiu mobilizar muito a opinião pública, que é esse espaço da tutela da vida pública. Decretos, políticas, coisas extremamente importantes no contexto da crise sanitária - e eu não quero colocar dúvida sobre isso, não somos negacionistas - mas eu acho que nosso campo, a esquerda em governos e municípios, não conseguiu produzir com a mesma força e intensidade as saídas. A vida das pessoas não se organiza por decreto. E a cultura é essencialmente a vida. A expressão do que somos, de como habitamos. Então, se por um lado os governos e estaduais e municipais foram importantes na mitigação dos impactos, na ausência, no apagão do governo federal, por outro lado nós não tivemos saídas, não tivemos respostas para esse

outro lado. Em Salvador, tivemos boas posturas do ponto de vista da regulação, da suspensão da festa, mas não conseguimos apresentar políticas para substituir o impacto dessa ausência na vida das pessoas. Eu vou usar uma frase do padre Júlio Lancellotti que fala que a gestão, a política pública do Brasil, se dá muito mais no campo da tutela do que da emancipação. Então, eu sinto um Estado extremamente tutelador das relações sociais e pouco emancipador, com pouca escuta, com pouca saída, com pouca capacidade de imaginar alternativas, de inclusive inaugurar políticas em contextos de crise. Em Salvador, a dimensão da segregação relacionada ao Carnaval ficou ainda mais visível, mais nítida. A prefeitura conseguiu criar ainda mais distâncias.

Cite alguns exemplos de alternativas que poderiam ter sido construídas durante a pandemia, e não foram.

Antes mesmo da pandemia, nós tivemos uma crise no Carnaval. Você

tem como fazer pequenos palcos nos bairros, estimular participação nas escolas, fazer por exemplo, sei lá, mas imagina concurso de composição, festival de compositores. Seria uma grande oportunidade de mapear manifestações culturais, blocos, desses que passam de pais para filhos, fazer um banco da memória dos carnavais, seria possível ter feito uso de espaços de bairros. O Carnaval e as festas têm uma cadeia produtiva. Não é de hoje que nós reivindicamos políticas para as festas, para o Carnaval, que sejam anteriores. Um importante pesquisador do Carnaval, Paulo Miguez, defende por exemplo o fundo estadual do Carnaval, que nós fizéssemos que a própria economia da festa pudesse alimentar esse fundo, que pudesse tratar a festa para além do evento, em sua dimensão de memória, de resgate das tradições, que um conjunto de expressões se articulem. Que haja conexão dos bairros, as pessoas se reconheçam a partir da experiência

da festa. Assim como aconteceu com grupos e comitês científicos na crise, uma cidade, uma sociedade que é movida pela festa, movida pelo encontro, precisa também dos seus comitês de integração da festa com a cidade.

É a importância do debate popular, da participação social na construção das políticas públicas. Vamos voltar um pouco para você. Imagino que em toda entrevista o interlocutor pergunta sobre o seu avô, Carlos Marighella. Como você se sente em relação a isso?

Eu me sinto muito bem. Eu faço sempre essa resposta: no Brasil de 01, 02, 03, de filhos e netos herdeiros das capitâneas hereditárias, ser neta de Marighella é uma honra, é uma sorte. Eu digo que na roleta russa da vida eu tirei a sorte grande. Ser neto na Bahia é um babado. Na Bahia de neto, ser neta desse cara é muito massa. Tenho muita alegria, muita honra e orgulho. Não é um peso. Claro, é uma responsabilidade. Marighella é um chão.



MARIA COM O ELENCO DO FILME MARIGHELLA, EM BERLIM. FOTO: ACERVO PESSOAL

Ser neta de Marighella é trazer princípios tão inegociáveis que mais me sustentam do que me pesam. Obviamente eu não nasci sabendo isso, eu fui entendendo essa ancestralidade, da terra onde eu nasci. E, hoje, uma mulher da política, estou muito convencida disso.

Fazendo um exercício de imaginação, você já parou para pensar o que Carlos Marighella pensaria hoje sobre tudo que está acontecendo e o que o seu avô diria sobre o PT, a opção de filiação partidária que você fez?

Vamos lá. Já falei de ser neta do Marighel-

la. Mas eu não falei de uma segunda sorte, que é ter a minha família, ao mesmo tempo de ter sido educada para criar e fazer o meu próprio caminho. Por um lado ter uma educação de princípios muito sólidos, por outro ter muita liberdade para traçar os meus caminhos. Eu me sinto muito tranquila justamente por causa dos princípios, dessa base que me guia. Marighella, Carlos, foi uma figura que teve 40 anos de vida militante. Então a gente precisa entender que a cada momento da história foi muito fiel a seus valores. Tomou decisões

distintas em cada tempo. Era um revolucionário. Se você me pedir uma síntese, eu digo, ele era um revolucionário. Porque a revolução naqueles anos, naquele século, era um horizonte próximo, estava ali na esquina, era algo real. Foi um homem que nasceu em 1911, no pós-abolição, mesmo inconclusa, mas que estava ali sob uma espécie de ordem de emancipação, com pai anarquista italiano, com a mãe descendente de sudaneses, malês, nascida no ano da abolição da escravidão. Em 1917 a Revolução Russa, com pai europeu, então estava tudo muito

perto. O Partido Comunista logo ali na esquina, a possibilidade de fazer a sua formação no contexto da revolução proletária. Marighella tinha a revolução como princípio. Lembrando também que o Partido Comunista tinha muita viabilidade eleitoral, muita força política com capacidade de dialogar com as diversas forças. A gente pode citar aqui um exemplo emblemático que foi o apoio a Juscelino Kubitschek em 1955. Então, Marighella, um jovem poeta que foi preso ainda garoto, que escreveu o poema 'Juracy, onde estás que não respondes?'. Depois de preso pela segunda vez, foi solto e se elegeu deputado federal constituinte. Foi cassado no contexto da Guerra Fria. Até o golpe civil-militar-empresarial que se deu no Brasil e o levou ali à reação armada, que não foi uma invenção de um grupo, mas estava numa estratégia de reação da América Latina, que tinha na Revolução Cubana a sua principal inspiração. Marighella queria viver realmente

esse tempo, sendo fiel a seus princípios, e dizia que queria no Brasil uma revolução capaz de transformar as condições de vida. Ele era alguém que conseguia pensar, articular e agir. Ele era uma figura de partido, acreditava na composição e também na ruptura. Tinha noção da correlação de forças. Como exercício de imaginação, para não deixar de responder, eu não tenho dúvida de que, mais do que o PT, que reformismo, composição, alianças, Marighella estaria muito mais preocupado como operar transformações da vida das pessoas. Que mais do que as saídas que encontraria, ele não negociaria os princípios fundamentais que são os da democracia radical. Marighella não teria dúvida sobre o combate ao racismo no Brasil, estaria absolutamente aliado os movimentos antirracistas, combatendo a extrema-direita. Estaria, sim, combatendo o negacionismo, muito preocupado com a questão ambiental, porque se dedicou o tempo inteiro

a pensar a questão agrária no Brasil. Estaria pensando a questão da energia, da soberania, da relação popular com as igrejas. Ele estaria muito conectado com as questões que hoje nos atravessam.

Em entrevista recente, você disse que precisamos construir um projeto que vá além dos governos. Estamos torcendo pela eleição do Lula. O que as forças populares, dentro e fora do PT, devem fazer durante um provável governo Lula para construir esse projeto que supere a agenda do governo?

Temos um desafio em camadas. É óbvio que eleger o presidente Lula é parte – e eu não questiono e não me oponho a essa estratégia de grande aliança que está sendo montada pela democracia em torno da eleição do presidente Lula. Eu acho que o campo democrático precisa se aliar e retirar da vida pública do país um projeto que depõe contra a política e o diálogo. Devolver a democracia ao tabuleiro da política, conter a barbárie. É uma cena que

me lembra muito os anos de luta pela anistia, a luta por diretas já. O que nós não podemos deixar em hipótese alguma é acontecer uma espécie de anistia geral e irrestrita, dizer que está todo mundo legal, bacana, porque não está. Nós sabemos quem deu o golpe, conhecemos o projeto de quem deu o golpe, conhecemos as instituições, os meios de comunicação que deram o golpe, quais são seus interesses, e nós precisamos separar as coisas. Há um pacto pela democracia que precisa ser feito, e isso é urgente. Mas nós precisamos disputar o programa. Nós não podemos dizer que está todo mundo no jogo da democracia igual. Nós vamos precisar mobilizar as forças necessárias, o programa que vai devolver os direitos e reposicionar o Brasil. E isso não será nesse campo expandido, sinto que a gente deve ter a capacidade de fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Não dá para entrar no bonde da democracia e perder a nossa capacidade de verticalizar a democracia.

Não uma democracia que recorra aos privilégios em detrimento dos direitos. Isso vai ser um campo de disputa muito duro e que vai exigir muita organização. Só mais uma coisa que me preocupa. Nós tivemos quase 16 anos de governos do PT, dos quais eu participei, mas uma coisa que nos chama atenção é que mudamos a vida das pessoas, milhões que saíram da linha da miséria, mas vivem, todas, na linha do capitalismo. São pessoas que passaram a consumir plano privado de saúde, escola privada. A gente mudou as coisas, mas não enfrentou o debate sobre o público, é um passivo de projeto que precisa ser enfrentado. Mudaram as condições de vida, mas continuamos na régua do capitalismo, produzindo, por exemplo, cidades para os carros e não para as pessoas. Para condomínios e não para praças públicas. Há um bode na sala e a gente precisa olhar com muita coragem.

Maria, esta edição da

revista é dedicada ao Dia Internacional da Mulher. O que você acredita que o movimento feminista pode fazer, além do que faz e fez, para interferir na campanha deste ano e nos anos seguintes?

Eu acredito que movimentos feministas e movimentos antirracistas do último ciclo acumularam mais valor à democracia do que outros movimentos. Vou fazer uma provocação: não tem novela de TV dos anos 80 que se sustente em 2022. A gente vê tudo isso e fala: ‘poxa, as feministas trabalharam’. É muito difícil você ver um filme ou uma obra que funcionava nos anos 80 e em que as mulheres conseguem se reconhecer. Os movimentos feministas e antirracistas trabalharam e hoje nós não conseguimos mais lidar com um tipo de representação. O segundo ponto, importante dizer, é que essa eleição pretende derrotar a experiência golpista. É importante que a gente enxergue o pleito de 2022 no contexto do golpe. A presença de Bolsonaro no Planalto é

viabilizada por um ato golpista. Este é um golpe com traços de machismo muito severo, misoginia e patriarcado. Um golpe que é dado na primeira e única mulher presidenta da República. Trata-se de um projeto essencialmente patriarcal, nos modos de ver, de fazer e prover o Estado. É extremamente violento contra o campo feminista. O que são os feminismos senão uma relação multitudinária de um movimento que não recorre à unidade, ele recorre a esta dimensão multifacetada de direitos que não quer apenas tomar o poder – é isso que

eu queria que a gente se concentrasse – mas os feminismos querem desarranjar o poder como ele é constituído hoje. Quando mulheres feministas estão juntas elas querem desorganizar a acumulação, elas querem desorganizar a permanência no poder, elas pedem que o Estado opere não para aqueles que dizem que são contra o Estado, mas querem acumular, como fazem os bancos, as empresas automobilísticas, que querem um Estado mínimo, mas um Estado para si mesmos. Os feminismos queremos um Estado que gere direi-

tos, democracia, proteja nossos corpos e nossas infâncias. Um Estado que proteja as mulheres e todas as pessoas. Mas um Estado ruim, violento, que mata preto, é ruim para todas as pessoas. Mesmo aquelas que acham que estão se beneficiando do Estado de exceção, de segregação. Então, quando você diz que vai inaugurar um processo de construção de direitos, precisa recorrer à luta das mulheres. Aquela luta no sentido feminista, não adianta também uma política feita por mulheres como a Damares, porque não



FOTO: ACERVO PESSOAL

agrega valor. Diante disso, eu digo que a gente não tem como sair desse barco furado sem a força radical das mulheres. E por fim, acho que a gente precisa entender que nós estamos encerrando um ciclo político. A volta do presidente Lula não é um ato inaugural, é um ato que encerra de algum modo aquilo que a gente construiu no século 20. O presidente Lula é a nossa figura porque ele traz o acúmulo de 40, 50 anos de luta, e isso tem muito valor. Mas é óbvio, fica nítido, que é uma força que encerra um ciclo, que fecha com chave de ouro. Mas é evidente que o século 21 está gritando para ser inaugurado, está reivindicando as suas próprias agendas, quer nascer, minha gente. Nós não recorreremos a palavras de unidade que foram as palavras no século 20, e sim à diversidade dos sujeitos que reivindicam política. Nós queremos nos sentir todo, mas também queremos nos reconhecer sujeitos desse processo. As mulheres querem ser sujeitas da

construção de políticas públicas e vistas em suas subjetividades, negros e negras, LGBT's, indígenas, infâncias. Então nós precisamos inaugurar o tempo em que os sujeitos não sejam apagados. Sinto que tem um tempo que se inaugura e ele vai precisar nascer. Então nós vamos parir. Mulheres parirão. Tenho certeza que as mulheres entrarão nesse trabalho de parto e seremos mais do que mulheres, seremos todas.

Como será esse mundo em que a palavra diversidade será maior que a palavra unidade?

Eu sinto que esses mundos estão em disputa e a gente não tem uma visão ainda nítida do que será. Você sabe que, por enquanto, nós estamos sob a égide do capital ultraneoliberal, as cidades e a vida ainda estão muito movidas pelo consumo e pela produção. Hoje há uma regra fundamental: consumir, produzir ou morrer. E nós mulheres estamos dizendo que não queremos mais produzir à exaustão e consumir. E não vamos morrer.

Chega, acabou, há outros modos de viver. É preciso criar novas formas de habitar. Acho que tem algo que vai se mover, e então é a cultura que vai dar o lugar da fruição, as práticas de cuidado que vão substituir a produção. Acho que os diálogos, as tramas, serão as palavras de ordem. Não é mais sobre democratizar os meios de produção, é sobre questionar a produção. A gente quer viver. Marighella tem um poema que me mobiliza muito, muito, muito, que ele escreveu no presídio, em 1939, o poema Liberdade, que termina assim: “E se eu por ti, torturado for, possa, feliz, indiferente à dor, morrer sorrindo a murmurar seu nome”. Liberdade, né? Marighella é como eu. Se você me perguntasse ‘o que é preciso fazer para superar Marighella’, eu diria: vive! Eu esperaria que hoje nós saíssemos dessa vivos. ■



[Assista a essa entrevista aqui](#)

Atinúkê: um sopro de carinho em nossas batalhas



ATINÚKÊ DA TURMA DE 2016. FOTO: IRENE SANTOS

Neste artigo, apresenta-se brevemente o Coletivo Atinúkê - grupo de estudos sobre o pensamento de mulheres negras, criado em 2016, em Porto Alegre (RS), como um movimento de construção de conhecimento e de afeto entre mulheres negras.

Uma escreve e cita a outra

O Coletivo *Atinúkê* é fruto da inquietação de três mulheres negras, militantes e pesquisadoras, que iniciaram essa aventura com a idealização e a concretização

cuidadosa de um grupo de estudos: a historiadora Fernanda Oliveira, a professora especialista em museologia Giane Vargas e a socióloga Nina Fola. O nome do grupo é uma referência e uma reverência à vida e à presença imaterial da

farmacêutica e ativista nas lutas das mulheres e da população negra, Tatianna Renata Machado. Tati, como era chamada pelos seus, que faleceu em 2015, foi nomeada *Atinúkê* ao ser iniciada na vivência do Batuque, que consiste em uma das expressões religiosidade de matriz africana no Rio Grande do Sul. Em língua iorubá, *Atinúkê* quer dizer “aquela que merece carinho desde o ventre”, e a ideia de dar esse nome ao grupo pretende evocar a energia

ALESSANDRA DOS SANTOS DA SILVA
ATINÚKÊ DA TURMA DE 2017, MESTRANDA EM HISTÓRIA (UFRGS).

ALINE DE MOURA RODRIGUES
ATINÚKÊ DA TURMA DE 2018, MESTRANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL (UFRGS).

DEDY RICARDO
ATINÚKÊ DA TURMA DE 2017, ATRIZ DO GRUPO USINA DO TRABALHO DO ATOR, PROFESSORA DE TEATRO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFRGS.

MILENA CASSAL
ATINÚKÊ DA TURMA DE 2017, CIENTISTA SOCIAL, DOUTORANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS E GRADUANDA EM SAÚDE COLETIVA.

de movimento e compartilhamento legada a nós por Tatiana, nossa *Atinúké* primeira.

Entre os anos de 2016 e 2019, o Coletivo *Atinúké* organizou um curso de formação, no qual realizamos leituras de textos escritos por mulheres negras brasileiras, africanas, afro-americanas e afro-latino-americanas, que eram discutidos coletivamente. Nossos encontros aconteciam no Ponto de Cultura Africanamente, no primeiro sábado de cada mês, e se iniciavam sempre com a partilha do café da manhã. Esse trabalho só não se repetiu nos anos de 2020 e 2021 devido ao isolamento social a que a circunstância pandêmica nos coagiu. A partir dessa iniciativa, estabeleceu-se um diálogo com outras mulheres, também negras, militantes e pesquisadoras de diversas áreas de estudos formais, mas também mulheres que trazem conhecimentos do Movimento Negro, do Movimento Sindical, dos Povos de Terreiro, do Carnaval, do

Hip Hop e das Rodas de Capoeira. Contudo, a análise dessas referências bibliográficas raramente abordadas pela academia, bem como o reconhecimento desses saberes outros e o debate realizado entre mulheres cujas identidades são convergentes e complementares, fez com que esse espaço extrapolasse a função e as expectativas sobre um simples grupo de estudos. A inevitável conexão entre os textos que estudamos e nossas experiências pessoais fez com que esse espaço de trocas intelectuais se transformasse em um lugar no qual nos desnudamos, nos reconhecemos e nos acolhemos.

Ao retomarmos a metáfora do nome *Atinúké* - aquela que merece carinho desde o ventre - podemos perceber a força da reivindicação que essa expressão afirma, em um mundo onde uma das palavras mais associadas às mulheres negras é "solidão". Inspiradas pela certeza de que somos dignas de afeto, instauramos um ambien-

te de escuta, de cuidado e autocuidado, no qual o cultivo de nosso amor próprio potencializa nosso fazer científico e fomenta a vontade - e a coragem - de desbravar o mundo acadêmico. Esse espaço é também o chão que nos impulsiona para alçar vôos em outras direções, pois a vivência coletiva incita a valentia para seguir os passos que vêm de longe, na certeza de que não estamos sós.

Como parte do nosso contínuo exercício de ouvirmos umas às outras, ao longo de 2020 e 2021, produzimos dois formulários de pesquisa: o primeiro era para compreender a situação da nossa comunidade durante este período pandêmico. Avaliamos os impactos da pandemia e nos reaproximamos das realidades de cada uma de nós. O segundo formulário era o Censo *Atinúké*, que identificou a importância do Coletivo na trajetória de cada mulher que realizou o curso ofertado, uma vez que suas respostas revelam que esta experiência

proporcionou-lhes o crescimento em suas trajetórias acadêmicas, profissionais e até mesmo pessoais. Elaboramos também as *Atinubancas*, momento no qual podemos contar com a leitura e com o aconselhamento de nossas irmãs, além de termos a oportunidade de ensaiar as apresentações de nossas teses, dissertações e monografias neste lugar protegido. Essa capacidade de atenção mútua contribui para nossa escrita, uma vez que nos provoca o desejo de ter como parceiras teóricas mulheres que são também aliadas na militância, além de propagar o conhecimento que tais mulheres produzem. Por isso, nos orgulhamos das vozes de autoras negras que povoam nossas produções intelectuais, na contramão de uma academia que se orienta, majoritariamente, pelo ponto de vista de homens brancos.

Por fim, acreditamos que nossa ação afetiva cumpra uma função política, que estimula o ingresso, a permanência e a

ascendência de mulheres negras nas universidades e nos demais espaços nos quais desejam estar. A intelectualidade de autoras negras ativistas se coloca no contexto acadêmico brasileiro com a autoridade de uma perspectiva singular. Nossas pesquisas evidenciam a existência de lugares para os quais as universidades olhavam de forma distanciada e até um pouco arredia. Para nós, intelectuais negras, esses são lugares de pertença, pelos quais transitamos sem receio, entre pessoas com as quais nos relacionamos como iguais. Talvez a grande diferença e a maior importância da nossa inserção nos espaços institucionalizados de saber resida justamente nesse ponto de vista: não estamos falando sobre outras/os/es, falamos sobre nós. Sentimos que esse modo de operar em relação à pesquisa possa estar vinculado ao que a sabedoria ancestral africana expressa na filosofia *Ubuntu*, traduzida como “eu sou porque nós somos”: eu escrevo porque nós escrevemos. Eu estou

na universidade porque nós estamos. Eu sou uma *Atinúkê*, eu sou aquela que merece carinho desde o ventre, porque todas nós somos. ■

Crochetando Empoderando estimula autonomia de mulheres e geração de renda

ROSE SILVA



FOTO: ACERVO PESSOAL

Nascida em Itacaré, cidade do sul da Bahia, Samaha Monteiro Sampaio Rosa inspirou-se em sua experiência de vida para criar o Coletivo Crochetando Empoderando, que nasceu em 2016 e oferece aulas de crochê, defesa pessoal, yoga e assistência jurídica a mulheres periféricas de Serra Grande, onde ela reside atualmente.

Mãe de Claine, 19 anos, Savana, 13, e Edson, 9, Samaha cresceu em um contexto de luta pela terra e conflitos com os latifundiários da região. Engravidou aos 16 anos e logo tornou-se mãe solo, além de viver um relacionamento abusivo com o ex-marido. Foi tudo isso que a motivou

a impulsionar o projeto, para tentar evitar que as meninas de sua comunidade tenham de passar pelo que ela passou.

Depois de ter transitado um tempo pelas periferias de Salvador, da Chapada Diamantina e de Curitiba, aos 16 anos Samaha se mudou para

Foz do iguaçu, onde conheceu o pai de sua primeira filha.

Após 20 dias do parto, ambas moraram por três anos em um assentamento do MST, repetindo o ciclo vivido por seus pais, Edmar, que foi líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e a mãe, Jaqueline, que havia engravidado de Samaha aos 17 anos e morado em um assentamento logo depois. “Meu pai me explicou ainda cedo que o significado do meu nome é valente guerreira. E ele foi o único em seu território a enfrentar, naquela época, o coronelismo que até hoje oprime as pessoas aqui no Sul da Bahia”, conta.

De volta à Bahia, já em Serra Grande, Samaha teve mais dois filhos e buscou uma alternativa de geração de renda na

qual pudesse estar perto deles. “Para mim não fazia sentido, eu passava o dia trabalhando fora para ganhar um salário mínimo e pegava parte daquele salário para pagar uma pessoa que cuidasse das crianças. E ainda assim não da mesma forma que eu cuidaria”.

Ela conta que aprendeu crochê fazendo algumas roupas para sua filha, mas nunca tinha visto esse talento como possibilidade de renda, por isso passou anos trabalhando em restaurantes, tapiocarias e outros lugares. Como Serra Grande tem vários projetos sociais e cursos de voltados ao empreendedorismo, ela começou a se interessar e ganhou uma oportunidade.

“Eu precisava trabalhar, queria ter uma renda, mas que fosse algo que me movesse e fizesse sentido para mim. Aí o pessoal da ONG Tabôa Fortalecimento Comunitário me incentivou a inscrever um projeto para ensinar crochê, justamente em uma época

em que estava no auge uma relação abusiva que vivi com o pai dos meus filhos, desesperada para sair daquilo. Mas como assumir o aluguel de uma casa, com crianças pequenas?”, lembra.

Toda essa experiência levou à criação do projeto, inicialmente voltado a adolescentes, que trazia seus aprendizados de vida para, de alguma maneira, prevenir que outras engravidassem na adolescência. E assim, com a cara e a coragem, suas ideias foram aprovadas por unanimidade e Samaha aplaudida de pé na hora da apresentação. O próximo passo foi conseguir um espaço para as aulas de crochê.

Empoderamento e renda



FOTO: ACERVO PESSOAL



FOTO: ACERVO PESSOAL

Iniciado o curso, em setembro de 2016, já em dezembro ela e suas alunas estavam expondo peças para venda no sarau da praça, com o propósito de mostrar que o crochê pode ser uma forma de renda. “As meninas nunca tinha saído daqui, pois existe um tipo de apartheid social, pelo qual os pobres da comunidade não frequentam o espaço da praça”, relata.



FOTO: ACERVO PESSOAL

Para ela, o empoderamento passa muito pela questão financeira, pois a mulher que não tem a própria renda, não consegue se sustentar, não banca o aluguel de uma casa, também não tem como se desvencilhar de uma relação abusiva. “Muitas vezes elas ficam presas numa relação por conta disso, por medo de não ter como sustentar os filhos, de passar necessidade, além da dependência psicológica”.

No espaço Crochetando Empoderando foi constituído um pacto de não-julgamento de uma mulher sobre a outra e todas se apoiam mutuamente. E assim o projeto se transformou também em espaço de acolhimento das que sofrem todo tipo de violência física e psicológica, pois

em Serra Grande não há posto policial, e as mulheres agredidas não têm a quem denunciar.

Aos poucos foram agregadas outras atividades, com o apoio de várias profissionais. Natália, advogada, oferta assessoria jurídica para as que buscam orientação sobre a pensão dos filhos e vários assuntos. Stéfanie Grace, faixa-preta de jiu-jitsu, dá aulas de defesa pessoal. Isa Flor Larajeira dá aulas de yoga. E Camila Leite, pedagoga, faz um trabalho com as crianças que vão acompanhadas



FOTO: ACERVO PESSOAL

das mulheres.

Em parceria com a Tabôa e a prefeitura, o coletivo Crochetando Empoderando realizou o Serra Lilás, evento que mobilizou mulheres de todas as idades, ofereceu atendimento médico, testagem de HIV e sífilis, palestras da secretaria de Saúde e até a apresentação de uma peça de teatro por jovens da comunidade em Itacaré.

Hoje o principal desafio do coletivo é conseguir apoiadores financeiros, até maio, para que a idealizadora do projeto, Samaha, possa perpetuar seu legado de luta, conhecimento e empreendedorismo entre as mulheres da comunidade de Serra Grande. ■

Franco da Rocha, local de tragédias anunciadas

AMANDA SAFI

AMANDA SAFI É ORIENTADORA SOCIAL E ADVOGADA, MORADORA DE FRANCO DA ROCHA HÁ 20 ANOS



FOTO: DIVULGAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS

Pouca educação, baixo investimento estatal e muito barranco. A favelização, fenômeno urbano de grandes proporções, incidiu na pirâmideira junto da vegetação natural de raiz rasteira. Os homens arranjam algum trabalho no setor logístico, que geralmente remunera o dobro do que se pode conseguir como mulher na alternativa ao subemprego: o telemarketing.

Em 30 de janeiro de 2022, domingo, por

volta das 6h, a comunidade do Jardim dos Reis, nas limitações entre os municípios de Francisco Morato e Franco da Rocha, sentiu o chão tremer e viu um deslizamento de terra derrubar e recobrir mais de uma dúzia de casas de seus vizinhos, deixando uma estimativa de 15 mortos e, por consequência estrutural, 120 famílias desabrigadas.

O contexto deste deslizamento era a cidade totalmente alagada, com outras tantas famílias sob

água barrenta e as ruas interditadas. O corpo de bombeiros não conseguiu chegar imediatamente ao local, deixando o resgate a cargo de voluntários, moradores do bairro. Comida, água potável e roupas também vieram de doações da própria cidade.

Todos os anos, Franco da Rocha sofre perdas inestimáveis por conta das chuvas de verão e falta de infraestrutura de contenção. A população vive sob ameaça de aberturas de barragens em

casos de cheia e teme ser a próxima “Mariana” ou “Brumadinho”. O risco existe e a negativa das autoridades também, muito embora especialistas já tenha nomeado o local como “potencialmente desastroso”.

Mesmo aos que não foram vitimados pelo soterramento, o golpe foi duro: a defesa civil exigiu a desocupação da área circunvizinha, sem oferecer abrigo e sob promessa de um auxílio-aluguel sem previsão de pagamento. Nada poderia ser retirado das casas, com forte atuação da polícia militar no local. O mar de mulheres e crianças que se formou entre as ruas São Carlos, Amparo, Alexandre Magno, era o flagrante da realidade parental deste país.

Sacola nas mãos, um colchão molhado na cabeça, olhar de desalento, eu vi! Oito engenheiros de uma única vez, medindo, calculando, ordenando máquinas para demolição, eu contei. Se os vi antes em ações preventivas? Jamais! Se os verei outra

vez? Muito provavelmente. O risco é iminente. A cidade ainda conta com milhares de pessoas abrigadas em encostas e estas não foram visitadas cautelarmente.

Tragédias anunciadas como os alagamentos e deslizamentos são acompanhadas de silêncio administrativo, pois a assunção do problema implica em responsabilidade e dever de agir. Nenhum muro de arrimo, nenhuma política de emergência de moradia popular, nenhum plano de evacuação, apenas um cheque de cinco milhões de reais por parte do governo, por ser ano de eleição.

O valor destinado ao reparo fica bonito nas manchetes e para quem está de longe até parece muito; mas a população já está ciente que só pagará as contas das empreiteiras que terminarão de derrubar suas casas. A verdade é que não houve gastos com retiradas de escombros, uma vez que a própria população o fez voluntariamente.

É preciso falar de política pública com responsabilidade, não com a levianidade de quem acredita em soluções paliativas para problemas sérios. No cenário que requer planejamento de infraestrutura e garantismo, é importante fortalecer programas sociais que atendam as diferentes necessidades de cada unidade familiar, principalmente as chefiadas por mulheres, e pensar em alternativas urbanísticas e ambientais a longo prazo.

O “Periculum In Mora” do descaso social é a morte! ■

Quando novas personagens entram em cena

IASMIN ROLOFF RUTZ, CANGUÇU/RS

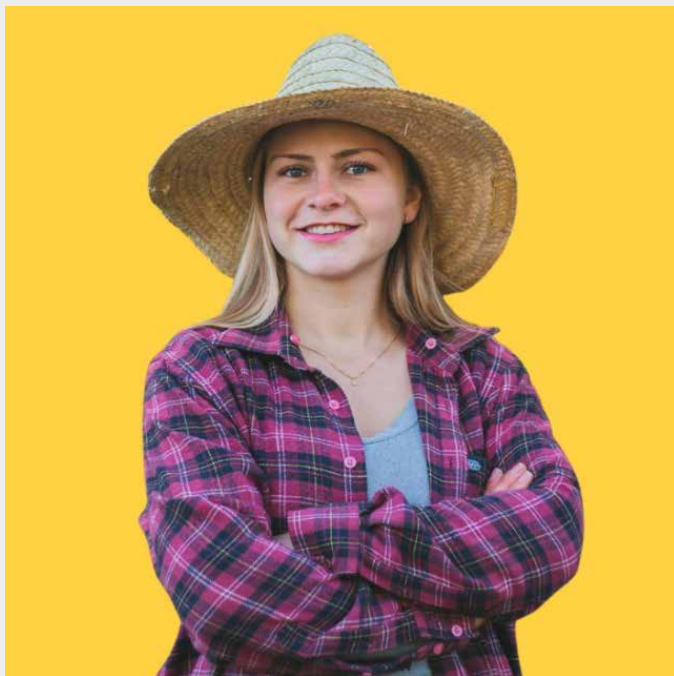


FOTO: ARQUIVO PESSOAL

No final do ano passado, a sessão que escolheria a mesa diretora da Câmara Municipal de Canguçu, cidade de pouco mais de 56 mil habitantes no interior do Rio Grande do Sul, acabou por inscrever a jovem vereadora Iasmin Roloff no noticiário nacional. Colegas homens sugeriram que votariam nela para “embelezar” a mesa. O episódio viralizou nas redes sociais.

Se o machismo explícito procurava ignorar a trajetória de luta, conhecimento e espírito público de Iasmin, 24 anos, nascida e criada na zona

rural da cidade e em suas lidas, não conseguiu. Ela segue firme na construção de políticas públicas em defesa das mulheres, da juventude e da agricultura

familiar. Única mulher da Câmara de Canguçu, ela inspira outras jovens a ingressar na política.

Dos seus planos para o mandato, acha que tem conseguido cumprí-los?

Eu quero explicar um pouco de como surgiu essa função da vereança. A ideia de uma candidatura jovem aqui no município surgiu da constatação de que não tínhamos, há muitos anos, nenhuma mulher, nem jovens, na Câmara. Em busca de suprir esta necessidade, colocamos o meu nome à disposição. Eu fui acompanhada por um grupo de mulheres, jovens e agricultores que estiveram comigo nesta caminhada. Então, o meu mandato é em função dessas três pautas: agricultura familiar, juventude e mulheres, eu sempre me baseio nesses três pilares para fazer o meu trabalho. A minha pauta mais emergente é a das mulheres, na qual eu tenho

realizado alguns objetivos. No ano passado, conseguimos aprovar quatro projetos de lei, todos voltados à política de gênero. Na agricultura familiar temos feito cobranças e conseguimos movimentar ali no Programa de Aquisição de Alimentos (PPA) mais recursos para a Secretaria de Agricultura Familiar. Ainda na parte da agricultura familiar, nós temos aqui muitos problemas com estradas, com a fiscalização de pontes, então tenho dedicado meu trabalho também a melhorar isso. E conseguimos cumprir os meus projetos aos quais havia me proposto no ano passado. Conseguimos aprovar uma lei que ratifica a presença de acompanhante na hora do parto, pois a lei não era cumprida no município. Então, aprovamos uma legislação que garante a afixação de cartazes que informam sobre o acompanhante na hora do nascimento dos bebês, e isso tem ajudado muitas e muitas famílias. Conseguimos também, de forma a enfrentar a violência doméstica no município, aprovar lei de

acompanhamento psicológico para as mulheres, a Lei Maria das Penha nas escolas, implementar na delegacia de polícia a Sala das Margaridas, e todas essas questões puxadas um tanto por mim, vereadora. E isso tem me deixado muito satisfeita.

Entre esses planos, qual a prioridade número 1?

A pauta número um para mim sempre será a das mulheres, porque é com ela que mais me identifico e porque é aquela que menos temos aqui no município. Eu sou a única vereadora mulher, a terceira na história a

exercer o mandato em mais de 160 anos. Então, as políticas de gênero são muito carentes aqui.

Por que você decidiu ser parlamentar? Como iniciou sua atividade política?

Uma motivação foi a carência de políticas públicas, e eu sempre me identificava com o tema. Participei de cursos, dos encontros do CAPA, que é o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia, onde a gente debatia sobre políticas públicas. Sou formada em Agroecologia pela Escola Família Agrícola da Região Sul, o que me deu



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

uma base bem boa para conseguir estar no parlamento. Essa minha atividade política iniciou há dois anos, quando meus amigos e colegas de grupo e de escola disseram que a única pessoa que enxergavam para representar a juventude na campanha era eu. Aí eu levei um susto, mas me preparei e disse: 'Então, se vamos fazer uma campanha, vamos fazer bem feita. Dinheiro nós não temos, mas temos as redes sociais para fazer nosso trabalho, e isso a gente sabe mais ou menos, e vamos às ruas fazer campanha também'. A comunidade comprou a ideia, eu fui a sexta parlamentar mais votada entre 15 vereadores eleitos, a mulher mais jovem da história, e a segunda pessoa mais jovem. Outro jovem foi eleito na década de 1980, com 21 anos. Eu fui eleita com 23 anos. Porém, eu acho que minha atividade política começa muito antes disso, porque eu venho de uma família de agricultores familiares, minha família sempre viveu da terra, há uma identidade muito

forte. Meus avós, quando se casaram, só tinham o amor, nada mais, então acabaram ganhando algumas tábuas usadas para fazer um rancho na terra de terceiros, de fazendeiros, na qual eles plantaram por muitos anos e entregavam uma terça parte para o dono da terra. Economizaram ao longo de uma vida inteira para conseguir comprar dois hectares, onde meus pais moram, eu moro e, claro, depois, trabalhando para si, as famílias conseguiram adquirir mais terras. Eu moro a 20 km do centro da cidade e continuo aqui, e nós vimos um avanço grande com as políticas públicas do Partido dos Trabalhadores para a agricultura familiar. Agricultores que trabalharam a vida inteira com junta de bois ou cavalos hoje em dia têm tratores, casas boas, carro. Não que tenha diminuído o trabalho, na verdade aumentou, mas a facilidade para cumprir o trabalho aumentou também. Então a gente vê a diferença que a política bem feita faz. Eu sempre

fui uma pessoa política, na verdade, eu cresci trabalhando na lavoura junto dos meus pais e numa venda que a gente tinha, desde os cinco anos ajudando a minha mãe a atender o balcão, pra ela poder tirar leite das vacas. A identidade com a política, falar sobre, vem desde pequenininha.

Qual tem sido sua maior dificuldade até o momento no exercício do mandato? Qual o segmento social que te apoia e qual se opõe?

A minha maior dificuldade, no início, foi lidar com um espaço tão masculinizado e tão machista que é a política. Isso tem me consumido bastante psicologicamente, até hoje. Mas eu tenho aprendido cada vez mais a lidar com isso. Outra dificuldade é que a vereança é amarrada, as pessoas têm uma visão sobre ela e, na verdade, é totalmente outra. Especialmente na nossa cidade, acham que os vereadores têm poder de fazer as coisas, enquanto nós estamos aqui para legislar e fiscalizar. Esperam coisas que não estão ao nosso alcance. Isso tem



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

sido uma dificuldade, porque sou uma pessoa muito decidida e gosto de ver as coisas acontecerem. E o Executivo nem sempre atende pedidos dos vereadores. Isso tem sido massacrante, mas faz parte. Eu tenho apoio da juventude, das mulheres e da agricultura familiar. Opositores, são poucas pessoas. A maioria apoia o meu trabalho, quem não apoia não fala, então a gente não sabe. E também, se não quiser apoiar, que não apoie mesmo (risos).

Em comparação com os parlamentares mais experientes, que novidade

você quer apresentar na sua forma de trabalho?

Por exemplo: no início do meu mandato, todo mundo queria saber seu eu era oposição ou situação. Eu sempre tentei trazer isso, que muitas vezes a situação e a oposição brigam por coisas minúsculas, e que não nos trazem resultados muitas vezes. Há vezes em que eles passam três horas discutindo dentro da Câmara alguma coisa que não vai mudar nada, mas só por rixa política. Esse modo de pensar eu não consigo levar à frente. Eu gosto de ver as coisas se resolverem e acontecerem,

porque eu acredito que a política muda a vida das pessoas, ou pra melhor ou pra pior, dependendo de como é feita. Essa postura de defender o seu lado a qualquer custo, não está comigo. Eu procuro sempre defender o correto.

Como é ser uma vereadora originária das periferias em sua cidade?

Eu sou da zona rural. É muito interessante ter representantes da zona rural no parlamento, especialmente no nosso município, que é essencialmente agrícola. Isso gera uma identificação de várias pessoas com a gente. É desafiador, muito, porque essas pessoas esperam muito da gente, e nem sempre as coisas estão ao nosso alcance, mas eu me sinto muito contente com as tarefas que eu consigo desenvolver.

Conte-nos um episódio recente que tenha te marcado, positiva ou negativamente

Um episódio recente, negativo, foi na última sessão legislativa, ano passado, meus colegas ve-

readores, todos homens, votaram em mim, pelo menos três deles, com o argumento de “embelezar” a mesa. A base do governo havia me convidado para compor a mesa, como vice-presidenta, eu agradei o convite, disse que não queria participar da mesa, e compus com a oposição. E aí, mesmo a gente tendo a chapa montadinha ali, apesar de sabermos que a chapa governista ia ganhar, pois nós somos sete e a base tem oito, a base resolveu votar em mim para a segunda vice-presidência, e alguns vereadores utilizaram este argumento. ‘Vamos votar na vereadora para embelezar a mesa’. Na mesma hora, isso me deu uma sensação muito horrível. Porque antes eu havia feito um discurso com o resumo do meu ano parlamentar, de tudo o que a gente havia conseguido desenvolver, e várias coisas positivas do mandato para o município. Na hora em que falaram em embelezar a mesa, a sensação que eu tive foi a seguinte: o meu trabalho, pra eles, não valeu de nada. Me senti

muito mal, até porque as mulheres não saem de casa para embelezar, ser julgada pela roupa, pela cor do cabelo. A gente sai de casa para trabalhar. Muitas vezes os homens não reconhecem isso e por ignorância acabam fazendo esses pronunciamentos infelizes e que nos desqualificam enquanto mulheres. Este episódio acabou viralizando no país inteiro. Foi bastante intenso e doloroso pra mim passar por isso, mas foi importante também porque me fortaleceu na luta e mostrou muitas pessoas que são minhas apoiadoras nesta caminhada.

E os episódios que me marcam positivamente são os exemplos de mulheres, jovens, meninas, adolescentes virem conversar comigo e dizerem: ‘conte comigo, continue porque eu me inspiro em ti’. E eu escuto isso toda semana. São pessoas que às vezes eu não tenho ideia de que me acompanham e vêm me falar ‘olha, minha filha quer ser vereadora porque ela vê o teu trabalho. Conti-

nua firme porque a gente acredita em ti’. Esses episódios que acontecem seguidamente, todos os dias, me movem, me motivam e me dão força pra continuar.

O que você diria para os jovens que pensam em seguir carreira política?

O que eu digo sempre: estudem, estudem, estudem, e vamos nos interessar por política, vamos seguir carreira porque a política precisa da nossa força, da nossa energia e da nossa garra, do nosso oxigênio. A política está bastante desgastada e muitas vezes está ocupada por pessoas que já passaram ou fizeram da política a sua profissão. E a gente precisa de ideias novas. Então, se tu tem uma ideia de vir para a política, venha, porque a política precisa das mulheres, dos jovens, dos negros, da maior diversidade possível. Quanto mais diversa for a nossa política, mais equidade a gente vai trazer para a nossa sociedade. ■

Mulheres nos espaços de poder

BEATRIZ RODRIGUES SANCHEZ

BEATRIZ RODRIGUES SANCHEZ É FEMINISTA, PÓS-DOUTORANDA PELO CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (CEBRAP) E PESQUISADORA DO NÚCLEO DEMOCRACIA E AÇÃO COLETIVA (NDAC).



O que explica a persistente subrepresentação política das mulheres no Brasil? No texto, elencamos três motivos: o financiamento desigual de campanhas, a ausência de mulheres nos cargos de liderança dos partidos e a violência política de gênero.

Estamos em março de 2022 e, apesar de todos os avanços obtidos nas últimas décadas em direção à igualdade de gênero, quando o assunto envolve mulheres nos espaços de poder ainda não temos o que comemorar.

O Brasil encontra-se atualmente na 145ª colo-

cação no ranking de mulheres nos parlamentos, atualizado mensalmente pela International Parliamentary Union (IPU). Na América Latina, apenas o Haiti possui menos mulheres parlamentares do que nós. A sub-representação política das mulheres é um problema não só no Brasil, mas no

contexto internacional. Os únicos quatro países que já atingiram a paridade de gênero na política, tendo 50% ou mais de mulheres ocupando o poder Legislativo, são: Ruanda, Cuba, Nicarágua e México.

O cenário é grave. Desde 1995, adotamos no

Brasil cotas para candidaturas femininas. As cotas cumpriram um papel importante ao institucionalizarem a demanda de movimentos e ONGs feministas por mais mulheres na política. Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), desde o início da década de 1990, têm estimulado a adoção desse tipo de ação afirmativa.

No caso brasileiro, as cotas promoveram um aumento da porcentagem de candidaturas femininas, que, desde 2014, tem estado em torno dos 30% previstos pela lei. No entanto, este aumento de candidaturas não tem se convertido em um crescimento equivalente de mulheres eleitas, o que demonstra os limites desta política. Não se trata aqui de questionar a

Por que, mesmo com a adoção das cotas, as mulheres continuam excluídas dos espaços de poder?

existência da lei de cotas, mas, pelo contrário, de pensar mecanismos que possam fortalecê-la.

Por que, mesmo com a adoção das cotas, as mulheres continuam excluídas dos espaços de poder? A sub-representação política das mulheres no Brasil não está relacionada com a suposta falta de interesse deste grupo da população por política. Pelo contrário, as porcentagens crescentes de mulheres filiadas a partidos políticos e o histórico protagonismo feminino nos movimentos sociais demonstram o contrário. A sub-representação feminina não é responsabilidade das mulheres, mas fruto do machismo estrutural que cria obstáculos para o ingresso nos cargos de poder. Destaco a seguir três destes obstáculos.

O primeiro deles é o financiamento eleitoral e partidário. As mulheres, especialmente as negras, recebem proporcionalmente menos dinheiro dos partidos e do fundo eleitoral para promoverem

suas candidaturas do que os candidatos homens. Recursos financeiros e simbólicos são fundamentais para que as candidaturas femininas tenham visibilidade e viabilidade. Sem o apoio institucional dos partidos, é difícil que as mulheres obtenham sucesso eleitoral.

O segundo obstáculo está na ausência de mulheres nos cargos de liderança dentro dos partidos. Os líderes são aqueles que tomam as decisões sobre para onde e para quem irão os recursos partidários. Por isso, é importante que, mais do que criar secretarias da Mulher, os partidos se comprometam internamente com a distribuição igualitária de poder. Alguns partidos como PT e Psol, por exemplo, contam com políticas internas de cotas para mulheres nos cargos de liderança, o que pode ser um caminho para diminuir a desigualdade de gênero intrapartidária.

O terceiro obstáculo está no que temos conceituado como violência políti-

Os líderes são aqueles que tomam as decisões sobre para onde e para quem irão os recursos partidários. Por isso, é importante que, mais do que criar secretarias da Mulher, os partidos se comprometam internamente com a distribuição igualitária de poder.

ca de gênero, fenômeno que pode se expressar de diferentes modos, sendo o mais conhecido a violência física. Cito como exemplo o assédio sexual sofrido pela deputada estadual de São Paulo, Isa Penna, no final do ano passado. A deputada teve seus seios apalpadados, sem consentimento, pelo também deputado Fernando Cury, durante uma sessão do plenário. Outro exemplo, o caso mais emblemático de violência política de gênero dos últimos anos, foi o feminicídio político, no ano de 2018,

da vereadora eleita pela cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco.

Além da violência física, há formas menos reconhecidas da violência política de gênero. Entre elas estão a violência psicológica, que pode se expressar através de interrupções de falas, cortes de microfone, deslegitimação, apropriação de ideias e constrangimento. Já a violência patrimonial inclui a desigualdade de recursos financeiros entre homens e mulheres.

Diante dos obstáculos aqui elencados (o financiamento desigual de campanhas entre candidatas e candidatos, a ausência de mulheres nos cargos de liderança dentro dos partidos e as várias expressões da violência política de gênero), podemos compreender os motivos da sub-representação política das mulheres e, a partir desta compreensão, construir alternativas para que este cenário de exclusão, tão prejudicial para a nossa democracia, seja alterado. ■

Lupita Amorim

Lupita Amorim é multiartista: atriz, modelo, dançarina, poetisa, graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Divide sua vida e produções entre a universidade, militância e arte, pautando, a partir de suas movimentações, as urgências da população travesti preta, pobre e periférica. Tem experiência como palestrante e formadora nas áreas de relações raciais, políticas de ações afirmativas, vivências LGBTI+, arte, cultura e juventude.



FOTO: COM_TEXT

Corpo Apoético

eu não caibo numa poesia
 nem nunca caberei
 mal caibo no meu corpo
 que um dia transicionei
 tenho raiva da poesia
 tenho raiva do eu lírico
 tenho raiva de nela expressar
 tudo que a mim é implícito
 anseio um dia me ver nela
 em poesias marcantes
 para serem lidas em janelas
 publicadas em revistas, jornais

pregadas até por monges nas catedrais
 mas hoje não
 hoje eu tenho raiva
 eu lírico esse que só sabe me ler e mais nada
 adianta de que me entender
 se nem eu consigo os meus processos
 compreender
 eu sou assim
 raivosa, cruel e destemida
 se não quiser me chamar disso
 pode me chamar apenas de Lupita.

Redes sociais
 Instagram @lupiamorim

Sarau do Capão

O Sarau do Capão, fundado por duas mulheres, é produzido na periferia e para a periferia. Organizado por Jéssica Campos e Tawane Theodoro, o evento é realizado em parceria com a Fábrica de Cultura do Capão Redondo, presencialmente, uma vez por mês, normalmente aos sábados, na parte vespertina do dia.

O coletivo nasceu em janeiro de 2017, com a intenção inicial de ser uma edição singular, só para reunir as amigas que já haviam produzido saraus no Cursinho Popular Carolina de Jesus, que, na época, estava de férias. O palco escolhido foi a Fábrica de Cultura do Capão, que abraçou o

projeto e propôs que o sarau acontecesse mensalmente. Já se passaram cinco anos desde então. Fundado pelas poetas Tawane Theodoro e Jéssica Campos, duas mulheres negras e periféricas - o evento reúne um público fiel que, mesclando poesia, dança, música e as diversas formas de arte, debate questões de gênero, raça e classe, sempre priorizando a troca em torno dessas vivências.

O sarau acontece uma vez ao mês e é aberto à comunidade, que se torna protagonista dessa história, uma vez que a relação do ser e pertencer à periferia também é abordada.



Redes sociais

Facebook: <https://www.facebook.com/SarauDoCapao>

Instagram: <https://instagram.com/saraudocapao>

Novas personagens em cena: em defesa dos direitos humanos e das periferias nos espaços de poder

Desde o início de 2020, o Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados à periferia e à pandemia e dialogar com organizações, coletivos e movimentos sociais de todo o país. Durante

os meses de janeiro e fevereiro de 2022, realizamos programas com temáticas relacionadas às últimas edições da **Revista Reconexão Periferias: Direitos humanos para todos e todas** (edição dezembro 2021) e **2022: um ano de dispu-**

tas, todos os dias! (edição janeiro/fevereiro 2022)

Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da Fundação Perseu Abramo](#) e na [página do Facebook](#)

Confira os programas de janeiro e fevereiro e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir:

Dia 18/1/2022: Quando novas personagens entram em cena - com Paolla Miguel

Dia 1/2/2022: Segurança Pública e defesa dos Direitos Humanos têm jeito - com Rodrigo Mondego

Dia 15/2/2022: Quando novas personagens entram em cena - com Laura Sito



AGENDA DE MARÇO DE 2022

Tendo em vista a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia mundial de Covid-19, a agenda deste mês será destinada à divulgação de programações online:



Programa Quinzenal Reconexão

Periferias Terça-feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Espetáculo: CÁRCERE ou Porque as Mulheres Viram Búfalos

Companhia de Teatro Heliópolis
Temporada: 12/3/2022 a 5/6/2022; sexta e sábado às 20h, e domingo às 19h
Onde: Casa de Teatro Maria José de Carvalho - Sede da Cia. de Teatro Heliópolis - Rua Silva Bueno, 1533, Ipiranga. São Paulo/SP
Ingressos: Pague quanto puder (público em geral) e grátis (estudantes e professores de escolas públicas).
Ingressos online: Sympla - <https://www.simpla.com.br/produtor/companhiadeteatroheliopolis>

Roda de Conversa: Negro Vida e Negro Drama:

masculinidades negras, juventude e cultura urbana - Coletivo Negro Universitário UFMT/ Campus Cuiabá - CNUUFMT.
Data: 22/03/2022, às 18h
Onde: Virtual, no [Youtube do CNUUFMT](https://www.youtube.com/channel/UCUUFMT)

Ciclo Formativo Slam - Oficina de Corpo com Flip Couto

Data: 19/03/2022 das 11h às 14h
Onde: Rua das Perdizes, 88 - Barra Funda - São Paulo, SP

Ciclo Formativo Slam - Oficina de Teatro com Erika Viana

Data: 27/03/2022 das 11h às 14h
Onde: Rua das Perdizes, 88 - Barra Funda - São Paulo, SP

Crochetando empoderamento - Defesa pessoal com Stephania

Gracie Data: 20/3/2022 das 16h às 18h
Onde: Circo da Lua (circo escola) na comunidade do Bairro Novo em Serra Grande - Uruçuça, BA

Crochetando empoderamento -

Balaio de Trocas Data: 27/3/2022 das 16h às 18h. Onde: Circo da Lua (circo escola) na comunidade do Bairro Novo em Serra Grande - Uruçuça, BA

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação www.mulheresnacomunicacao.com/ Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h. O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal "Mulheres na Comunicação"

Dance e não se canse - projeto com espetáculos, rodas de conversa, competições e oficinas de dança e arte urbana.

Data: dias 22/3/2022, 23/3/2022 e 24/3/2022 às 19h; dia 25/3/2022, às 17h, e dia 26/3/2022, às 14h. Onde: Praça dos Direitos, QNN 13, próximo à estação do metrô Ceilândia Norte, DF - Gratuito e livre para todos os públicos.

Slam Delas

Data: 23/3/2022 às 19h. Onde: Live no facebook, saiba mais em: <https://www.facebook.com/slamluso>

Sarau Pretas Peri HIP HOP Mulheres Negras convida Ingrid Martins

Data: 31/03/2022 às 17h Onde: Biblioteca Pública Paulo Duarte - Avenida Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro - São Paulo, SP

O Caminho dos Mascates - Coletivo DUO, com direção de Elisa Mendes

Data: 11 a 26 de março, às 19h Onde: [Youtube do DUO](#)

Fábrica de Cultura Cidade Tiradentes tem atividades que celebram centenário da Semana de 1922

Data: 18/3/2022 entre 11h e 15h. Onde: Fábrica de Cultura Cidade Tiradentes- Rua Henriqueta Noguez Brieba, 281 - São Paulo - SP

Mulheres Baobás

Comemoração ao dia internacional da mulher - Rodas de conversa e oficinas. Data: dias 14/3, 15/3, 16/3, 17/3 e 18/3/2022 entre 9h e 11h30 e entre 14h e 16h30 Onde: Centro Municipal de Cultura Ita e Alaor no Município de Pirenópolis, GO. Informações [aqui](#)

Oficina: Curitiba - Histórias e memórias urbanas.

Data: 26/3/2022 às 10h. Onde: Memorial Paranista - Rua Mateus Leme, 4700, São Lourenço - Curitiba, PR

Usos do território e a centralidade da periferia. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos - Ciclo de Estudos Milton Santos. Espaço, Tempo, Razão e Emoção. Data: 21/3/2022 às 19h30 Onde: Ao vivo no [youtube](#)

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
Reforça 2.0 Aceleração Social - Instituto EDP	Programa de Aceleração e Transformação Social para Organizações que Querem Mais e Podem Mais. O objetivo do projeto é fortalecer diferentes lideranças de organizações sociais em temas estratégicos para a sua prosperidade e crescimento, abordando tópicos como: Captação de rec	Até 21/03/2022	https://brasil.edp.com/pt-br/programa-reforca
Prêmio Jovem da Água de Estocolmo - Instituto Internacional de Águas de Estocolmo	O Prêmio Jovem da Água de Estocolmo (Stockholm Junior Water Prize – SJWP) reúne jovens inovadores entre 15 e 20 anos do mundo todo, encorajando seu interesse em desafios relacionados à água e sustentabilidade. Criado em 1997 pelo SIWI – Instituto Internacional de Águas de Estocolmo (Stockholm International Water Institute), o prêmio é organizado anualmente em duas etapas: uma nacional, realizada em cada um dos países participantes, e uma internacional, na qual ocorre a grande final.	Até 05/04/2022	https://abes-dn.org.br/abeseventos/premiojovemaguaestocolmo/
Chamada de Apoio IAF para organizações indígenas -	A Chamada tem por objetivo apoiar diretamente organizações indígenas e seus projetos comunitários no Brasil, tendo em vista que o fortalecimento desses povos e de seus conhecimentos tradicionais é fundamental para a proteção da diversidade étnica, e garantia de direitos. Serão apoiados até 10 projetos dos biomas Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pantanal, com valor máximo de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).	Até 31/03/2022	https://capta.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Chamada-de-Apoio-IAF-a-organizacoes-indigenas-Brasil.pdf

<p>Programa de Bolsas para Mulheres da Amazônia - Programa de Lideranças da Amazônia</p>	<p>O Programa de Lideranças da Amazônia busca ampliar os esforços de mulheres indígenas propondo soluções socioambientais inovadoras e que almejam transformar seu protagonismo em temas de conservação, governança de recursos e gestão territorial a partir de conhecimentos e saberes tradicionais e ancestrais.</p>	<p>Até 21/03/2022</p>	<p>https://www.conservation.org/brasil/iniciativas-atuais/nossas-futuras-florestas-programa-mulheres-ind%C3%ADgenas-lideran%C3%A7as-em-solu%C3%A7%C3%B5es-socioambientais-na-amazonia-2-edicao</p>
<p>Edital de Fortalecimento da Autonomia de Organizações Comunitárias - Programa Casa Comunitárias - Fundo Casa Socioambiental</p>	<p>Os apoios do Programa Casa Comunitárias possuem como principal objetivo impulsionar projetos que ampliem a autonomia de organizações comunitárias, possibilitando que a comunidade seja protagonista em suas iniciativas socioambientais, seja no meio rural ou urbano, em qualquer região do Brasil e em qualquer bioma. Os eixos prioritários da Chamada são: Justiça climática; Soberania alimentar; Defesa de direitos socioambientais</p>	<p>Até 15/03/2022</p>	<p>https://casa.org.br/chamadas/fortalecimento-da-autonomia-de-organizacaoes-comunitarias/</p>
<p>Prefeitura de São Paulo abre inscrições para processo seletivo de Residência Jurídica e Residência em Gestão Pública</p>	<p>A residência, que é uma iniciativa inédita e inovadora na Prefeitura de São Paulo, tem objetivo de estimular a formação, a qualificação e a atuação profissional voltadas à administração pública e o aprimoramento, na prática, do conhecimento adquirido na graduação.</p>	<p>Até 14/03/2022</p>	<p>https://www.institutomais.org.br/</p>
<p>Edital IKI Small Grants</p>	<p>O edital busca projetos de organizações que trabalham no enfrentamento às mudanças climáticas e na conservação da biodiversidade. Podem se inscrever organizações sem fins lucrativos que estejam operando por pelo menos três anos.</p>	<p>Até 15/04/2022</p>	<p>https://capta.org.br/oportunidades/edital-iki-small-grants-esta-com-chamada-aberta/</p>

OPORTUNIDADES

<p>7º Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco</p>	<p>Poderão concorrer, neste edital, ações realizadas/concluídas entre os anos de 2019 a 2021 ou que estejam em andamento até a data final do período de inscrição no presente certame, nas diversas áreas e linguagens culturais como artes cênicas, artes visuais e fotografia, audiovisual, cultura popular, design e moda, música, gastronomia, povos tradicionais, arquitetura e urbanismo.</p>	<p>De 11/02 a 12/04/2022</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/10576-7o-premio-ayrton-de-almeida-carvalho-de-preservacao-do-patrimonio-cultural-de-pernambuco</p>
<p>Aliança Regenerativa</p>	<p>Somos diversas organizações socioambientais que, solidárias frente ao sofrimento em Brumadinho, decidiram criar o Fundo Regenerativo Brumadinho. e agir de forma unificada, como sociedade civil, em prol da regeneração de toda a extensão da área afetada, banhada pelo rio Paraopeba. Aceitamos projetos provenientes da comunidade atingida ou iniciativas da sociedade civil em resposta ao crime ambiental do rompimento da barragem do Córrego do Feijão. Pessoas, grupos, coletivos, associações de bairro e qualquer organização da sociedade civil que tenham interesse, experiência e talentos para somar ao processo de apoio a Brumadinho e Paraopeba.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/6298-alianca-regenerativa</p>
<p>VBIO em busca de projetos</p>	<p>Podem se candidatar iniciativas focadas em temáticas como segurança alimentar, agricultura regenerativa, qualificação profissional de agricultores familiares e agroextrativistas, produtividade agrícola e geração de renda. Plataforma está em busca de projetos nos municípios: Paragominas/PA, Porto Velho/RD, Itacoatiara/AM, Comodoro/MT, Confresa/MT, Paranatinga/MT e São José do Xingu/MT.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://www.vbio.eco/</p>

<p>Programa de Aceleração de ONGs VBIO em busca de projetos</p>	<p>A Phomenta, aceleradora de ONGs, está com a pré-inscrição aberta para os seus programas de aceleração. Organizações da Sociedade Civil de qualquer parte do país podem se inscrever e receber em primeira mão as informações quando cada programa abrir inscrições. Os programas de aceleração visam transformar a gestão da organização em um curto espaço de tempo, entre 5 e 7 meses, com ferramentas práticas e conteúdos dinâmicos. São apresentados temas diversos como captação de recursos, priorização, identificação e resolução de problemas, inovação, empreendedorismo e como conseguir parceiros.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/6486-programa-de-aceleracao-de-ongs</p>
<p>Edital da Fundação John Deere</p>	<p>Apoiar projetos sociais com investimento privado e incentivado que estejam alinhadas à Política de Doações e Patrocínios da John Deere, que possui três pilares de atuação: combate à fome, desenvolvimento comunitário e educação. Para projetos aprovados via Incentivo Fiscal atuamos com as legislações no âmbito Federal, Estadual e Municipal.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9250-fundacao-john-deere-banco-de-projetos</p>
<p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p>